Acervo ISA

ÍNDIOS

Kanheró — cacique centenário da aldeia de Pei-Kãr — se recusa a ingressar em uma reserva oficial, alegando que aquela área onde habita, às margens do Rio da Várzea, sempre foi terra indígena. O velho rebelde resiste, valentemente, em nome da última honra imbatida dos índios explorados desde que o branco aqui aportou.

"Índio puro não planta", conta o chefe do posto da Funai em Nonoai, o indígena Belarmino Sales, "mas não tem mais caça e pesca para sobreviver". O índio tem que se amoldar à vida das reservas, constata o cacique José Orestes de Nascimento, que todos chamam de Lopes, em Nonoai, desfiando o mesmo rosário de queixas ouvidas nas outras reservas. "Aqui falta assistência médica, escola, alimento, remédio, falta de tudo".

A reserva de Votouro é cortada ao meio por uma estrada que liga São Valentim a Nonoai. Vivendo ao lado dos brancos, comerciantes e colonos, com quem casa e gera filhos, o índio nem sabe direito os limites de sua área. "A gente tá conseguindo construir casas novas agora porque paga na base da meia, dando a metade da madeira para a serraria na Vila Benjamim Constant", revela o coronel Pedro Cata-Abelha, braço direito do cacique Batista de Paula.

Os índios mais jovens da aldeia de Kanheró, porém, lamentam a vida fora da reserva oficial, pressionados pela miséria que ronda a tribo. Kanheró, cego e moribundo, não deixa que sua bravura seja enterrada antes que morra.

Fotos Fernando Gomes/ZH

As mulheres índias, dizia Saint-Hilaire, "são feias, estúpidas, sem nenhuma graça"

2-FIM DA RAÇA

A nação indígena caminha rápido para sua extinção

Por ANDRÉ PEREIRA
Enviado Especial/ZH

Já dizia o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire tropeando por pagos indígenas em 1820:

"As índias são feias, estúpidas, sem nenhuma graça. Têm um riso parvo e um andar ignóbil. Não se afeiçoam ao amante, sendo infinitamente inferiores às negras. Entretanto vê-se uma multidão de homens brancos chegar ao ponto de se apaixonar por elas".

Nas suas anotações publicadas no livro "Viagem ao Rio Grande do Sul" editado postumamente em 1887, não são encontradas alusões ao índio heróico e belo dos românticos poetas. Ao contrário:

"Os guaranis são de uma feiúra extrema e têm na fisionomia uma expressão de baixeza, devida unicamente ao sentimento de inferioridade, dependência e cativeiro a que se acham reduzidos atualmente".

Eram assim feios e miseráveis, desprotegidos, marginalizados e explorados, os índios vistos pelo homem que escreveu alguns dos registros mais importantes do Estado.

Anos mais tarde, já neste século, o padre Balduíno Rambo reprisou a façanha do viajante visitando regiões habitadas pelos índios. Anotou:

"Durante os primeiros anos da colonização teuta (...) formavam redutos dos quais os selvícolas prorrompiam em ataques furiosos contra os núcleos coloniais. Não tardou, porém, o som do machado a expulsá-los para o planalto, onde, no limiar deste século, ainda se manifestavam em roubos de gado e saques nos postos mais adiantados das colônias ítalas".

"Nos nossos dias, em que o aperfeiçoamento dos meios de comunicaçõ possibilitou a expansão da agricultura no Alto Uruguai, os derradeiros filhos das selvas se vêem rodeados pelos brancos aos quais fugiram durante mais de um século".

Retratados no livro "A Fisionomia do Rio Grande do Sul", editado em 1942, os índios de Rambo apresentam-se acuados enfiando-se cada vez mais para dentro nas matas do Alto Uruguai.

Hoje por ali e no Planalto estão as sete reservas oficiais de caingangues e guaranis gaúchos. Nonoai, Guarita, Irapuá, Votouro, Toldo Guarani, Ligeiro, Cacique Doble, Carreteiro. A oitava, Inhacorá, é que fica ainda para os lados das Missões, em Santo Augusto.

Com exceção dos caciques motorizados de Guarita e Irapuá, praticamente todos os outros indígenas mais parecem adoentados mendigos do que descendentes dos primitivos filhos das selvas.

Maltrapilhos, barrigudos e freqüentemente recorrendo à cachaça para enganar o estômago, como querem os práticos, ou para afogar as mágoas das raízes violentadas, como desejam os mais filosóficos, eles perambulam pelas estradas, oferecendo o seu artesanato indígena de duvidosa autenticidade. Como ensina o professor Danilo Lazarotto, do Museu do Índio de Ijuí. Tais objetos "são falsos do ponto de vista de objetivos culturais e mesmo em suas cores nada originais".

Mas os índios vão levando sua vidinha, vendendo cestos, arco-e-flechas, para ganhar os trocados que lhes permitem comprar comida e cachaça.

As terras, imensas, pouca utilidade têm. Se os índios não alugam, contrariando a lei, como fazem os caciques Domingos Ribeiro, da Guarita, e Ivo Sales Ribeiro, de Irapuá, pouco plantam, queixando-se de que não têm a necessária ajuda da Funai para tratar e semear a terra. Acostumados ao paternalismo dos órgãos oficiais dizem que, sozinhos, não vão poder ganhar a vida como produtores. Afinal o índio é nativo das matas, que sobrevivia pescando e caçando. Mas caçar e pescar onde se os rios estão poluídos e se as matas arrasadas já não abrigam bichos de carne saborosa?

Cacique Marau, que deu nome a um município perto de Passo Fundo, não estaria preso nestas pobres reservas se vivo fosse ainda. Mas cacique Marau morreu há muitos anos. Quando os fazendeiros brancos da região se reuniram, formaram um exército e dizimaram toda a tribo de Marau, acabando com "aquele índio imundo que roubava gado".

Cacique Marau dizia aos seus guerreiros que era caçador. Colono branco acabou com a caça. Cacique Marau caçava os animais do colono branco.

Cacique Doble foi bravo igual. Brigou com a clã dos Fong que defendia o governo provincial em 1870. Cacique Doble conseguiu dividir Nonoai e Guarita. Mas o governo provincial lhe pregou uma boa peça. Enviou roupas para a sua tribo. As roupas estavam infestadas de varíola.

Agora nada mais resta do passado glorioso. Os índios brigam pelo dinheiro dos arrendamentos.

Em Nonoai, em 1978, brigaram com os colonos brancos expulsando-os das terras.

Agora o prefeito de Nonoai, José Luiz de Moura, quer que voltem os colonos para as terras dos índios. São 14 mil hectares, cobiça o prefeito que adoça o linguajar para falar no protesto:

"O irmão índio vive sobre uma imensa riqueza e passa privações. Essa terra devia ser explorada pela agricultura. Eles deviam ficar com uma parte para eles mesmo produzirem outra devia ser arrendada em lotes de cinco e 10 alqueires. Com isso nosso irmão índio teria uma remuneração decente. E os sem-terra brancos onde plantar".

Dos 14 mil hectares os índios plantam mal e mal 108 hectares, diz o prefeito. E nesta última safra nem vingou a produção. As terras dilapidadas pelos arrendamentos estão empobrecidas com um solo infértil.

O que resta para o índio, assim machucado, empobrecido, explorado, com cacique corrompido, arrendatário branco pressionando e uma Funai incapaz mandando?

Já dizia o viajante francês Saint-Hilaire, em 1820:

"Como remediar, nas atuais circunstâncias, tantos males? Confesso não ver nenhum meio. A civilização não nasceu para os índios. Cercados de homens civilizados, os selvagens não podem volver completamente ao estado de bárbaros. Até serem completamente absorvidos pelos brancos terão de viver de modo muito pior do que a vida selvagem, visto terem perdido a inocência peculiar aos seus ancestrais e visto não possuírem qualidades necessárias à vida em sociedade da qual entretanto não podem sair".

A nação indígena do Rio Grande do Sul hoje caminha mais rápida que nunca para a sua extinção.

Acervo ISA

Kaingang Rio da Varzea

A centenária bravura do cacique Kanheró

Ele, como sua gente, vive em uma triste miséria

Vestidos com trapos, os índios sobrevivem com seus artesanatos e a pouca plantação de milho

A bravura de Pei-Kãr murcha com o corpo de Kanheró.

Kanheró, o cacique centenário que sempre dirigiu a dignidade destas 22 famílias de caingangues que se refugiam na mata, protegidos pelo Rio da Várzea, mal consegue se erguer da cama. Passa a maior parte do dia ali estirado como um velhinho caduco, quem sabe lá remoendo o passado glorioso que vislumbra em meio à cegueira nas chamas do fogo aceso no chão batido do sempê que habita.

Nem este casebre é seu. Perdidas as forças que davam significado ao seu nome — Cerca de Madeira — Kanheró depende da sobrinha Laurinda, parteira da aldeia, para alimentar-se e até mesmo erguer-se quando Pei-Kãr assiste com reverência o velho cacique passear com o passo incerto por alguns metros arrastando os imensos pés escurecidos pela terra vermelha do lugar.

Mas esta é uma cena rara. Comum nestes dias de inverno é ver o capitão Leopoldo Coió, de 86 anos, atento ao que diz o **sargento** Wilmar Moreira, de 24 anos, recitar o mesmo rosário de queixas que a aldeia inteira entoa.

Pei-Kãr não é uma reserva indígena oficial. Está situada entre Rodeio Bonito e Liberato Salzano, na fronteira com Nonoai, em uma reserva florestal do Estado. Dizem que Francisco Kanheró vive ali com sua tribo há mais de 100 anos, junto a um antigo cemitério, reivindicando a demarcação de uma área indígena enquanto as autoridades batem pé para que estes rebeldes caingangues se instalem dentro da Reserva de Nonoai.

Os índios mais velhos da aldeia continuam fiéis ao pensamento de Kanheró, mas os jovens sentem a angústia da miséria, da fome e das doenças que castigam Pei-Kãr. E, embora não digam com clareza que concordariam em ingressar em uma reserva oficial para fugir da falta de recursos, mostram que não estão satisfeitos como vivem ali vitimados pelo descaso das autoridades indígenas brasileiras.

Escola só existe agora graças à Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) que não é um órgão público. Todos os dias da semana, às 12h30min, o barqueiro Wilson, de 14 anos, estaciona sua canoa no outro lado da margem do Rio da Várzea para apanhar a professora Helena que vem de Rodeio Bonito dar aulas para os pequenos índios da aldeia. Wilson vai à escola pela primeira vez na vida agora — desde o dia 10 de maio, quando começaram as aulas. Depois que a professora vai embora, após ter ensinado as primeiras letras do alfabeto português, seus alunos enfiam os cadernos em sacos plásticos para protegê-los das chuvas que invadem os casebres.

Wilson corre para o **caíco**, na beira do rio, à espera de uma gorjeta generosa de algum branco que se aventura a vir até a aldeira comprar o milho que Pei-Kãr planta para obter alimentos. Wilson não cobra nada dos índios, nem da professora. Mas aos brancos mendiga com eficiência.

Se um índio adoece Wilson tem trabalho duro para transportá-lo até o outro lado do rio. E quando os índios trazem sacos e mais sacos de milho para levar a outra margem? Órfão de pai Wilson sobrevive com o pequeno e velho **caíco** que faz todo o transporte para a aldeia. O outro irmão, Wilmar, de 15 anos, plantou duas bolsas de milho e hoje exibe orgulhoso um relógio de pulso prateado que obteve fazendo "brique" com o velho João Elias Moreira, pai do sargento.

O Rio da Várzea não dá mais peixes e é proibido caçar na reserva florestal. Também é proibido retirar madeira da floresta para comerciar com os brancos. Só resta plantar, esperar uma boa safra e escoar a produção através do **caíco** para Rodeio ou quando enche o rio puxar o milho de carroça andando oito quilômetros por uma trilha no mato até a estrada para Liberato Salzano.

Como a maioria dos caingangues os índios de Pei-Kãr só produzem artesanato com muita insistência e por encomenda.

"A gente queria que o Governo demarcasse uma área oficial para a gente viver", diz **o capitão** Leopoldo Coió, autoridade máxima durante a enfermidade de Kanheró. "Nós até escolhemos o lugar perto do Arroio Demétrio, a terceira sanga afluente do Rio da Várzea. Mas a Funai não passa de promessa e mais promessa. Prometeu madeira para casas e até hoje não mandou nada. Até a carroça que temos foi a ANAI que deu. Faltam remédios e médicos, roupas e comida. A gente está doente com índio quase morrendo abandonado".

O **sargento** Wilson Moreira balança a cabeça em gestos afirmativos, ao seu lado. Laurinda, que cuida de Kanheró, diz que está envergonhada da casa onde mora. Os outros índios, rodeando a conversa, fazem apelos para que a gente da cidade mande roupas. Os meninos aproveitam para pedir uma bola de futebol, que a que possuem, de borracha, está gasta demais.

Laurinda não quer que se fotografe Kanheró dentro do seu feio casebre. Pede que o **capitão** erga o velho cacique ao qual a contagem indígena atribui 135 anos. Envolto em trapos, levanta-se o tronco velho, como os índios dizem. Murmura palavras caingangues incompreensíveis sem saber direito o que está acontecendo quando o trazem para a rua.

Os índios o observam com respeito: eis o bravo cacique que definha indigente e triste entre os trapos e a miséria de Pei-Kãr.

Os índios exibem Kanheró como um troféu de sua dignidade ainda imbatida. Mas o velhinho, caduco e castigado, não consegue controlar suas necessidades. E para tristeza dos velhos e diversão dos mais moços deixa a urina escorrer perna abaixo manchando a calça velha com que cobre o corpo murcho.

Amanhã: os costumes

As famílias — pobres, miseráveis — acabam brigando pelo dinheiro do arrendamento das terras

Kanheró, o cacique centenário, mal consegue se erguer da cama